



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9902 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: SUJEITOS EM RELAÇÃO

Paula Valim de Lima - PPGEDU/UFRGS

Vera Maria Vidal Peroni - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: SUJEITOS EM RELAÇÃO

Resumo

O objetivo do texto é analisar as implicações dos projetos neoliberal e neoconservador, considerando os sujeitos que atuam na correlação de forças disputando o conteúdo da educação e a política educacional. O trabalho apresenta os sujeitos, que perpassam Estado e sociedade civil, mapeados e organizados em rede por meio do *software* Gephi. Discutem-se os atravessamentos na materialização de um projeto societário, que tem implicações para a democracia e a naturalização do individualismo e da censura, com o privado atuando de diversas formas e em todos os níveis educativos.

Palavras-chave: neoliberalismo, neoconservadorismo, política educacional

Este texto tem como objetivo analisar as implicações dos projetos educativos neoliberal e neoconservador nas relações entre o público e o privado, considerando as disputas pela política educacional e o conteúdo da educação pública brasileira, na perspectiva de restauração do poder de classe. Entendemos que o último período, em especial as últimas duas décadas, tem sido marcado pela atuação de novos sujeitos que buscam avançar na construção de um projeto societário com novas perspectivas.

Se nas décadas anteriores, em um contexto neodesenvolvimentista, expressaram maior força o neoliberalismo e a terceira via como estratégias do capital para superação da crise (PERONI, 2013), neste momento o neoliberalismo se reinventa, apresentando particularidades (DARDOT; LAVAL, 2019, ABDALA; SOCARRÁS, 2019), respondendo ao contexto de crise de 2008 a partir de uma nova racionalidade, aliando-se ao neoconservadorismo que emerge no último período e ganha mais força no contexto do governo Bolsonaro.

A crise, para o neoliberalismo, torna-se um instrumento de governo. Significa dizer que ele se utiliza da crise e se fortalece *apesar e por meio* dela, em uma lógica que incide sobre ela agravando-a, ao mesmo tempo em que a utiliza como argumento para radicalização

da política neoliberal de diminuição da proteção social, retirada de direitos e precarização das condições de vida da população. Assim, a crise se converte em um estado permanente e “se estende a todos os aspectos da realidade social, posto que a lógica neoliberal não deixa a salvo nenhuma dimensão da existência humana” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 32).

Ao projeto neoliberal de limitação do papel do Estado em relação às políticas sociais e a reivindicação do individualismo, da propriedade privada e do mercado (ABDALA; SOCARRÁS, 2019), soma-se, no contexto político brasileiro pós-golpe de 2016, a emergência do neoconservadorismo como projeto salvacionista diante da crise, uma vez que “nos momentos mais agudos da crise estrutural do capital, em que todas as contradições imanentes do sistema se aprofundam, o conservadorismo emerge com mais força” (SOUZA, 2016, p. 14).

Assim, entendemos que se materializa a disputa por projetos societários, que ocorrem em um processo de correlação de forças atravessando Estado e sociedade civil e que, neste período particular do capitalismo (LUCKÁCS, 1978) é marcado pela influência de forças sociais, representadas por sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981), com interesses vinculados aos ideários neoliberal e neoconservador, em uma perspectiva de classe. Estes sujeitos atuam disputando a pauta educativa e sua materialização, com profundas implicações para a construção de uma sociedade democrática (PERONI, 2020), sendo a democracia entendida como “a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (PERONI, 2013, p. 1021).

O processo de privatização na educação (RIKOWSKI, 2017) é, assim, uma forma de disputar e controlar seu conteúdo, na perspectiva de restauração do poder de classe, ou seja, os projetos de privatização são, antes de tudo, projetos de classe, que objetivam difundir influências ideológicas por meio diferentes instituições que constituem a sociedade civil, incluídas a escola e universidade. Em contextos em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, diferentes estratégias são elaboradas para restaurar o poder de classe, como “no recente caso brasileiro, [que] se viu ameaçado por um período de avanços nas questões sociais” (PERONI; LIMA, 2020, p. 7). Entre as estratégias, destacam-se, neste momento, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, com implicações nas relações entre o público e o privado e no processo de democratização da educação.

O atual contexto brasileiro, nesse sentido, é caracterizado pela atuação de novos sujeitos políticos, que aglutinam pressupostos neoliberais e neoconservadores. A conformação de uma nova direita (CASIMIRO, 2018; MIGUEL, 2018), nos termos aqui tratados, resulta de um fenômeno particular de avanço do pensamento e ação política da direita que ascende nos anos 2000 e têm como expressões recentes o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. No entanto, trata-se de “um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo modus operandi de ação político-ideológica” (CASIMIRO, 2018, p. 42).

Significa dizer que a nova direita passa a se construir no Brasil a partir do processo de abertura democrática, reorganizando suas formas de atuação no contexto em que a correlação de forças se mostrava mais favorável a um projeto de defesa do papel do Estado com relação à materialização de direitos e garantias sociais, minimamente comprometido com ideais democráticos de coletivização das decisões e participação popular.

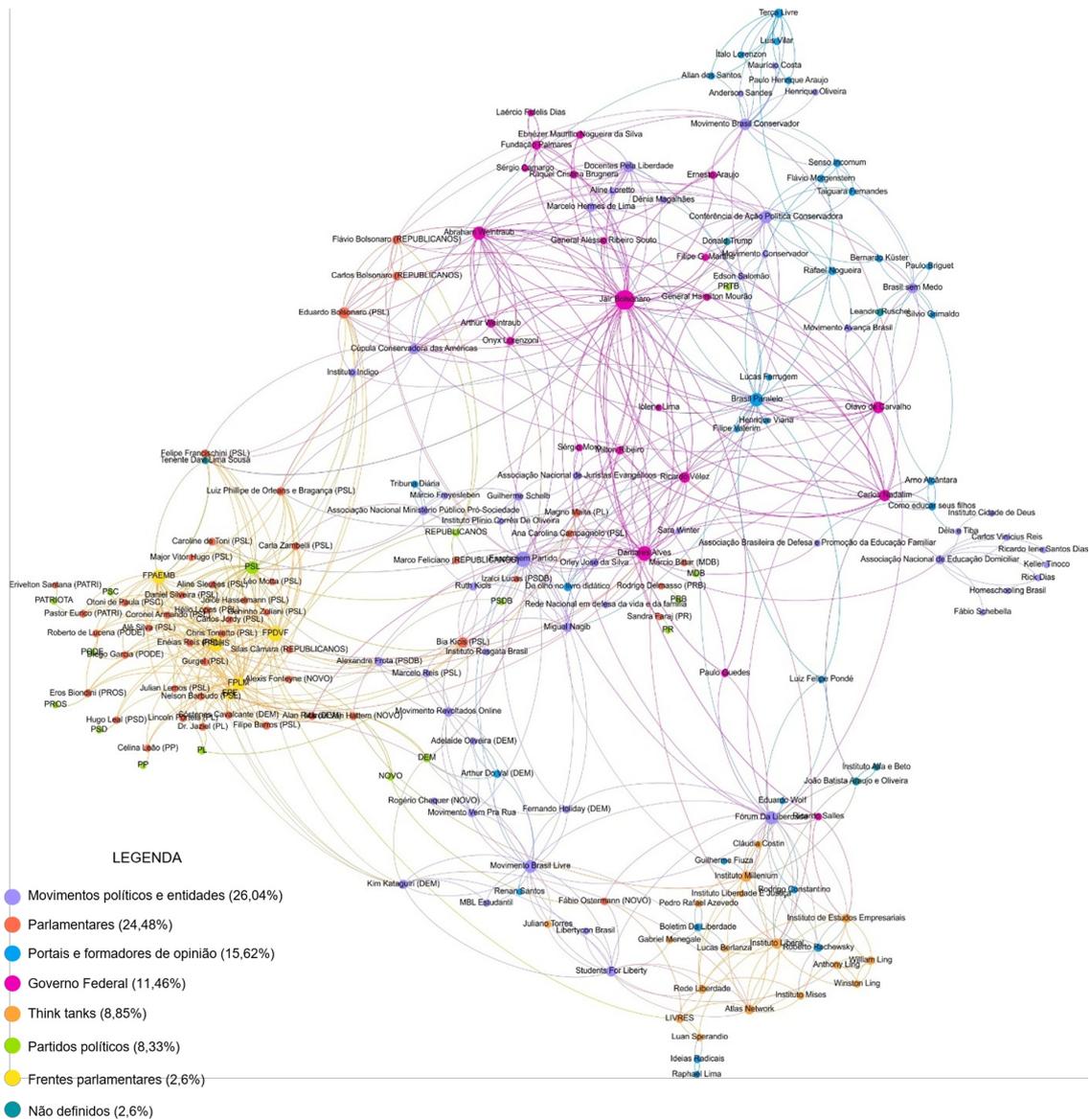
Isso é expressão da correlação de forças por projetos societários distintos, ancorados em projetos políticos que se fundamentam a partir de determinadas visões de mundo e de sociedade. Nesse sentido, novamente afirmamos que a correlação de forças no contexto brasileiro neste período particular de crise do capitalismo tem se mostrado favorável ao avanço de perspectivas neoliberais e neoconservadoras, que se materializam por meio de sujeitos individuais e coletivos que atuam na realidade social com muitas contradições.

Embora atravessada por muitas contradições, materializa-se a nova direita brasileira que suspende temporariamente suas divergências para a construção de um projeto societário comum – ou, ao menos, para destruição de um projeto societário antagônico, que vinha avançando no último período. Dessa forma, a nova direita se constitui como um campo político que forja uma unidade pragmática a partir da percepção de um inimigo comum, em um projeto de reestruturação do poder de classe (CASIMIRO, 2018; MIGUEL, 2018).

A nova direita brasileira, portanto, se constituiu nas últimas décadas e é composta por diferentes sujeitos individuais e coletivos em relação, que atuam em projetos de construção de uma determinada agenda político-econômica para o país, buscando materializar seu projeto societário por diferentes meios, incluindo a política educacional, considerando que a escola historicamente se constitui como terreno privilegiado de disputa, pois é também espaço privilegiado de formação social.

Desse modo, mapeando os sujeitos que compõem a nova direita brasileira, identificamos sujeitos vinculados a diferentes grupos, conforme apresentado a seguir. A figura apresenta os principais sujeitos individuais e coletivos da nova direita brasileira que atuam na disputa pela direção dos projetos educativo e societário junto ao governo federal:

Figura 1 - Rede de sujeitos da nova direita



Fonte: LIMA, 2020, p. 59

A legenda que acompanha a figura indica as categorias de sujeitos, classificados quanto ao tipo de organização e atuação coletiva, e quantifica percentualmente a presença de cada grupo no grafo, conforme a quantidade de sujeitos de cada categoria que compõe a rede.

O governo Bolsonaro é fruto da coalizão de três grandes grupos, essencialmente, que incorporam os mesmos valores, princípios e projetos de educação e sociedade: o grupo neoliberal, o grupo neoconservador e o grupo dos militares. Mais do que um aglomerado de grupos, entendemos que este governo representa a mediação entre eles para, não sem contradições, avançar em pautas comuns. Os três grupos encontram representação dentro do governo, ainda que atuem para além dele, a partir de diferentes sujeitos que disputam pautas, projetos e crenças. Muitas vezes suas diferenças são evidentes, mas em outras eles se sobrepõem e as fronteiras que os separam são bastante tênues, sendo possível que um mesmo sujeito se localize entre grupos, como intermediário, e que uma mesma pauta ressoe em mais de um deles do mesmo modo.

Em relação aos parlamentares, a configuração da Câmara dos Deputados evidencia que o governo federal conta com um grande grupo de aliados na casa, o que contribui para o avanço de suas propostas. Além dos sujeitos individuais, consideramos as Frentes Parlamentares como sujeitos coletivos de relevante influência política, com destaque às frentes parlamentares específicas relacionadas às pautas da nova direita que se relacionam com a educação: Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional; Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling; Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil e Frente Parlamentar pelo Livre Mercado. Com exceção das duas primeiras, as frentes foram criadas no ano de 2019 por parlamentares da atual legislatura. A partir das ligações entre os sujeitos do grafo, verifica-se que diferentes grupos constroem relações de apoio com sujeitos que atuam no poder legislativo e recebem ou dispõem de influência partidária.

Os *think tanks*, neste contexto, conformam-se como aparelhos privados de ação política e ideológica e compõem a estratégia das classes e frações de classes burguesas de manter sua hegemonia, a partir da reorganização do cenário político com a transição democrática nos anos 1980 (CASIMIRO, 2018). Entre os *think tanks* brasileiros, assumem maior relevância no cenário político-econômico nacional o Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Millenium e Studants For Liberty, todos vinculados à Atlas Network, uma rede de fundações da direita liberal, sediada nos EUA, criada em 1981 com o propósito de articular a fundações de novos *think tanks* e coordenar as instituições já consolidadas.

Na última década, verificamos também o crescimento e aumento de grupos de atuação política sem vinculação partidária (ao menos assumidamente) alinhados ao pensamento liberal-conservador, que atuam principalmente no sentido de propagandear seus pressupostos teóricos. Estes grupos assumiram progressivo protagonismo no cenário político brasileiro, ganhando força principalmente no contexto das disputas sobre o *impeachment* de Dilma, a partir de 2014, em que mobilizaram setores da juventude mais à direita. Não tendo vinculações institucionais ou partidárias formais, os ativistas destes grupos detêm certa liberdade para se posicionar diante das mais variadas pautas e polêmicas, adotando discursos relativamente despreocupados em relação à aceitação. Na rede, destacam-se o Movimento Brasil Livre, Movimento Brasil Conservador, Movimento Escola sem Partido e Movimento Docentes pela Liberdade.

Além destes, sujeitos vinculados a entidades da sociedade civil que organizam determinados grupos de interesse e portais de comunicação e formadores de opinião que compõem a rede atuam junto aos demais, buscando influenciar a agenda de políticas públicas, a formação de opinião e a difusão dos fundamentos e valores do neoliberalismo e do neoconservadorismo, em maior ou menor grau, atravessando a educação brasileira.

O mapeamento e análise dos sujeitos que se articulam em diferentes instâncias e de diferentes formas para avançar na construção do projeto societário neoliberal-neoconservador

possibilita também a identificação das propostas defendidas por estes grupos. Desse modo, destacamos as implicações para a democracia e a naturalização do individualismo e da censura vividas neste período em nosso país, com o privado atuando de diversas formas e em todos os níveis. Enfatizamos, ainda, que estes processos de privatização ocorrem tanto no Estado como na sociedade civil. Cada vez mais observamos governantes terem a privatização como política pública, em um projeto de restauração de classe, corroborando nossa concepção de que a relação entre o público e o privado está vinculada a projetos societários vinculados ao individualismo ou à democracia e que apesar de esta disputa ocorrer em todos os espaços da vida social, na escola como um espaço de conhecimento e socialização estas concepções têm implicações muito importantes para a construção de uma sociedade democrática.

Referências

- ABDALA, P. R. Z.; PUELLO-SOCARRAS, J. F. Reflexiones sobre la administración pública y el neoliberalismo en nuestramérica, siglo XXI. **Rev. eletrôn. adm.** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 22-39, maio 2019.
- CASIMIRO, F. H. C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-45
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2014.
- LIMA, P. V. **O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MIGUEL, L.F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.
- PERONI, V.M.V. As Relações entre o Público e o Privado nas Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, p. 234-255, 2013.
- PERONI, V.M.V. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate. In: ALMEIDA, Luana Costa et al. (Org.). **PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação.** Campinas: Cedes, 2013. P. 1021-1033.
- PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.
- PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-20, 2020.
- RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.
- SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo.** 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.